

A Produção do Conhecimento Geográfico

6

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico 6

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 6 [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 6)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-83-3
DOI 10.22533/at.ed.833181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “A Produção do Conhecimento Geográfico” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 16 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase no planejamento urbano.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como planejamento, gestão, inclusão, mobilidade.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia humana, apresenta artigos alinhados com a estudos do planejamento urbano. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS DO PLANEJAMENTO URBANO

CAPÍTULO 1	1
A DIMENSÃO TERRITORIAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE C,T&I	
Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa Ana Cristina de Almeida Fernandes	
CAPÍTULO 2	21
A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA DE CONVENIÊNCIAS, TURISMO E LAZER: O CASO DE PARNAMIRIM-RN	
Antonio Tadeu Pinto Soares Junior	
CAPÍTULO 3	30
A REDE DE GESTÃO DAS EMPRESAS PRIVADAS E PÚBLICAS COMO ORDENADORAS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI	
Paulo Wagner Teixeira Marques Miguel Ângelo Ribeiro	
CAPÍTULO 4	42
AS MÚLTIPLAS FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO BAIRRO DE DEODORO-CIDADE DO RIO DE JANEIRO: DA VILA MILITAR AOS NOVOS VETORES TECNOLÓGICOS PARA A REALIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016.	
Renato Candido da Silva Regina Célia de Mattos	
CAPÍTULO 5	51
CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PLANEJAMENTO URBANO INCLUSIVO: POR UMA “GEOGRAFIA DA DEFICIÊNCIA”	
Anna Paula Lombardi Cicilian Luiza Löwen Sahr	
CAPÍTULO 6	62
FRAGILIDADE INSTITUCIONAL E CRISE DO PLANEJAMENTO URBANO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: UMA CRÍTICA À CIDADE COMO NEGÓCIO	
Aduino Gomes Barbosa	
CAPÍTULO 7	72
INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL	
Maria José Andrade da Silva	
CAPÍTULO 8	82
METRÓPOLES, GOVERNANÇA METROPOLITANA E CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.	
Thiago Giliberti Bersot Gonçalves Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto Eliane Ribeiro de Almeida da Silva Bessa	

CAPÍTULO 9	91
O PARQUE URBANO DA REDENÇÃO EM PORTO ALEGRE-RS E A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS CONCEBIDO E VIVIDO.	
Jaqueline Lessa Maciel Benhur Pinós da Costa	
CAPÍTULO 10	104
O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO URBANO: LIÇÕES DO EVENTO SOCIOAMBIENTAL DA REGIÃO SERRANA E O CASO DE NOVA FRIBURGO.	
Luciana Herdy Messa	
CAPÍTULO 11	117
OS SENTIDOS DOS MUROS E AS ESTRATÉGIAS DE DISTINÇÃO SOCIAL: RESIDENCIAIS FECHADOS EM CIDADES NÃO METROPOLITANAS	
Patrícia Helena Milani Eda Maria Góes	
CAPÍTULO 12	127
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DO TURISMO E SUAS REPERCUSSÕES NO TERRITÓRIO GOIANO	
Rangel Gomes Godinho Ivanilton José de Oliveira	
CAPÍTULO 13	137
POLÍTICAS PÚBLICAS, ESCALA LOCAL, E O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Gustavo Junger da Silva	
CAPÍTULO 14	154
POLÍTICAS TERRITORIAIS NA AMÉRICA DO SUL: INTENCIONALIDADES E PRESSUPOSTOS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E SUAS VINCULAÇÕES COM A INTEGRAÇÃO REGIONAL	
Claudete de Castro Silva Vitte	
CAPÍTULO 15	169
URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E QUALIDADE DE VIDA PARA “CIDADES INTELIGENTES”: UM DEBATE A PARTIR DOS INDICADORES DO IMRS NA MICRORREGIÃO DE ARAXÁ, MINAS GERAIS	
Josimar dos Reis de Souza Beatriz Ribeiro Soares	
CAPÍTULO 16	181
SUPERMERCADOS E ESTRATÉGIAS ESPACIAIS: ASPECTOS DA DINÂMICA URBANA E DO CONSUMO EM FORTALEZA-CE	
Tiago Fernando Gomes Barbosa	
SOBRE A ORGANIZADORA	192

POLÍTICAS TERRITORIAIS NA AMÉRICA DO SUL: INTENCIONALIDADES E PRESSUPOSTOS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E SUAS VINCULAÇÕES COM A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Claudete de Castro Silva Vitte

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora CNPq.

RESUMO: Na América do Sul ocorre múltiplas experiências nacionais de planejamento territorial em diversas escalas, fazendo-se necessário discutir se os processos de integração que vêm ocorrendo no subcontinente também estão condicionando a produção do espaço. Este artigo visou promover um estudo das políticas territoriais que vêm sendo implementadas em diversos países da América do Sul, em especial a partir dos anos 2000. Foram apresentados os seguintes casos: Argentina (Plan Estratégico Territorial de Argentina); Bolívia (Plan de Desarrollo de Bolivia); Colômbia (Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014) e Peru (Planes del Ministerio de Transporte y Comunicaciones Intermodal 2004-2023 e Plan Nacional de Desarrollo Portuario de Perú) que foram brevemente caracterizados. As fontes de pesquisas utilizadas foram livros, teses, textos e artigos acadêmicos, artigos da imprensa e de ONGs e documentos oficiais dos governos nacionais disponíveis na world wide web. Os casos de ordenamento territorial apresentados neste artigo denotam tensões e

conflitos de interesses territoriais, um desafio a ser enfrentado pelos governos sul-americanos. Apesar de sua complexidade, é necessário que os modelos de ordenamento territorial sejam mais participativos. Observou-se a necessidade de articular diferentes escalas de ordenamento territorial, garantindo a preservação do ambiente e a participação da sociedade civil. Espera-se que este estudo contribua na compreensão dos usos políticos e econômicos dos territórios nacionais na América do Sul por meio de políticas territoriais, observando seus princípios organizadores que se superpõem e adquirem complexidade no contexto da integração regional sul-americana. **PALAVRAS-CHAVES:** América do Sul. Ordenamento territorial. Integração regional.

ABSTRACT: In South America there are multiple national experiences of territorial planning in a lot of scales, bringing to discussion if the integration process that have been taking place in the subcontinent is also conditioning the production of space. This article aims to promote a study of the territorial policies that have been implemented in several countries of South America, especially since the 2000s. This study selected countries as Argentina (Strategic Territorial Plan of Argentina); Bolivia (Bolivia Development Plan); Colombia (National Development Plan 2010-2014) and Peru (Plans

of the Ministry of Transport and Intermodal Communications 2004-2023 and National Plan of Port Development of Peru) that were briefly characterized. The research was done in books, theses, texts and academic articles, press and NGO articles and official national government documents available on the world wide web. The territorial planning cases presented in this article denote tensions and conflicts of territorial interests: a challenge to be faced by the South American governments. In spite of its complexity, it is necessary that territorial planning models be more participatory. It was verified the need to articulate different scales of territorial planning, ensuring the preservation of the environment and the participation of civil society. As a result, it is expected that the study will contribute to the understanding of the political and economic uses of the national territories in South America through territorial policies, observing its organizing principles that overlap and become complex in the context of South American regional integration.

KEYWORDS: South America. Spatial planning. Regional integration.

INTRODUÇÃO

A temática do desenvolvimento não é alheia ao debate geográfico. O desenvolvimento está vinculado à noção de modelo territorial na análise espacial e de ordenamento do território. Há um impacto recíproco nos territórios e nos modelos de desenvolvimento, pelos atributos ou carências dos territórios e pelas estratégias de desenvolvimento implementadas.

Um modelo territorial pode ser entendido como uma determinada forma de ocupar e utilizar o espaço, o que depende da configuração do sistema de assentamentos, da utilização do meio físico e dos processos de transformação desse meio (infraestrutura, tipos de ocupação, de aproveitamento de recursos) (TRIGAL & DEL POZO, 1999, p. 259).

Desta forma, um modelo territorial expressa parte da materialidade dos projetos de desenvolvimento executados pelos Estados (pelos governos), pelas ações das organizações regionais supranacionais, bem como de outros agentes geoeconômicos como grandes corporações, de forma que sua concepção se dá no âmbito dos processos sociais vigentes. A integração regional supranacional que vem ocorrendo na América do Sul também condiciona os modelos territoriais, os padrões de desenvolvimento nacionais e promove certo ordenamento territorial em escala regional sul-americana.

Em uma abordagem normativa, pode-se considerar o ordenamento do território como o planejamento das ocupações, de forma a potencializar o aproveitamento das infraestruturas e a preservação de recursos limitados, a partir do pressuposto que o ordenamento territorial é a gestão da interação homem-espaço natural.

Segundo Hugo Manuel Soares Lopes (1997), os diferentes planos de ordenamento territorial para serem eficazes devem considerar diversas escalas, sendo que a efetividade de cada plano depende da coerência dos planos afeitos às outras escalas subnacional ou supranacional. Assim, um plano em nível nacional tem de considerar

na sua lógica os planos das diferentes regiões, que, por sua vez, devem ter por base os planos municipais, que visam principalmente definir o uso dos solos e a gestão das cidades. É a interação das escalas que permite estratégias de planejamento territorial coerentes (LOPES, 1997, p. 01).

No caso da integração supranacional, o que se coloca são as múltiplas experiências dos diversos países, com a existência de múltiplos atores locais e regionais com suas realidades, o que deixa esta tarefa muito mais complexa. Assim, torna-se pertinente a discussão se os processos de integração estão condicionando o ordenamento do território nos países do subcontinente.

Este trabalho visou promover um estudo sobre as políticas territoriais que vêm sendo implementadas em diversos países da América do Sul a partir dos anos 2000 e que coincidem com maior ativismo de organizações de integração regional sul-americana. Foram selecionados os casos da Argentina; da Bolívia; da Colômbia e do Peru que foram brevemente caracterizados, ressaltando-se que o caso brasileiro não foi tratado nesta oportunidade, mas uma discussão sobre o Brasil pode vista em VITTE (2014). Este trabalho é vinculado ao projeto de pesquisa do processo nº 303868/2015-5 do CNPq e uma versão modificada foi submetida ao XII Encontro Nacional da Anpege ocorrido em 2017.

As fontes de pesquisas foram livros, teses, textos e artigos acadêmicos, mas também artigos da imprensa e de ONGs, além de fontes oficiais dos governos nacionais disponíveis na *world wide web*.

Esperamos que reflexão apresentada contribua na compreensão dos usos políticos e econômicos dos territórios nacionais na América do Sul por meio de políticas territoriais, desvendando seus princípios organizadores que se superpõem e adquirem complexidade no contexto da integração regional sul-americana.

1 | MUDANÇAS NAS ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS TERRITORIAIS NA AMÉRICA DO SUL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: SUPERAÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL?

O início do século XXI chegou com mudanças políticas em vários países da América do Sul, com novas orientações de política pública e relegitimação dos instrumentos do planejamento estatal, em tentativa de aumentar a capacidade estatal, com o desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação de políticas públicas em diversos setores da vida nacional (BERTRANOU, 2016, p. 02-03), bem como do fortalecimento do ambiente de integração regional sul-americana.

Segundo Ángel Massiris Cabeza (2008, p. 04), ficou perceptível na primeira década do século XXI que a concepção e estratégias das políticas territoriais dos países da América Latina (e do Sul, por sua vez) mudavam, com busca de alternativas e novas estratégias de desenvolvimento econômico para superar o ônus social e as desigualdades sócio territoriais deixados pela aplicação do modelo neoliberal no final

do século XX.

Francisco Albuquerque (2013) observa que nas chamadas agendas de desenvolvimento territorial são difundidas estratégias políticas de descentralização, de fomento à competitividade territorial, de promoção de aglomerações produtivas, de investimentos em infraestrutura, de integração transfronteiriças, de políticas de ordenamento territorial, entre outras. (ALBUQUERQUE, 2013, p. 03). Este autor assevera que

el enfoque del desarrollo territorial es una propuesta política de democracia participativa (no sólo representativa) y, como tal, una aspiración ciudadana hacia un futuro más igualitario. Pero no es una política movida únicamente por los postulados y prácticas de las políticas de igualdad ejercidas desde la administración central de los países. Requieren, además, una construcción “desde abajo” y, como tal, no puede ser confundida con las “agendas de política regional” diseñadas “desde arriba”. Por supuesto, las actuaciones del nivel central de los respectivos gobiernos centrales tienen una función importante que llevar a cabo, que no es otra que la de alentar el traspaso de competencias, recursos y capacidades que faciliten la apertura de encuentros entre los diferentes actores – públicos, privados y comunitarios - en los respectivos ámbitos territoriales, a fin de que de esa forma puedan discutirse y consensuarse las iniciativas de desarrollo territorial (ALBUQUERQUE, 2013, p. 27).

Tomando esses pressupostos colocados por Francisco Albuquerque (2013) na citação acima, seguem breves caracterizações de políticas territoriais e de ordenamento territorial da Argentina, Bolívia, Colômbia e Peru instituídas nas primeiras décadas do século XXI, com o intuito de verificar quais seus pressupostos e objetivos e buscar responder se o modelo neoliberal está superado na América Latina no que diz respeito ao planejamento territorial como instrumento de desenvolvimento.

2 | A EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DA ARGENTINA

O governo de Nestor Kirchner (2003-2007) foi um marco, pois foi em seu governo que se publicou o PET (*Plan Estratégico Territorial*). Assim, desde 2004 o *Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios* colocou em marcha o Plan Estratégico Territorial (PET), a cargo da *Subsecretaría de Planificación Territorial de la Inversión Pública* (ENNIS, 2015, s/p).

No Plan Estratégico Territorial argentino, alguns estudos de diversos componentes da conformação do território foram feitos, considerando o meio construído, o meio natural, o meio social e o meio econômico para diferentes espaços organizados no território, e com isso se sintetizou a *realidade atual* do território, apontando as limitações que o suporte físico impõe ao desenvolvimento territorial (CORTI, 2008, s/p).

Um *modelo desejado* também foi elaborado. No que se refere ao território atual, foi feita uma análise que se apoia na ideia de papel fundamental da infraestrutura produtiva no desenvolvimento econômico e a importância de sua distribuição no território, além de efetuar uma abordagem social, vinculando a dotação de infraestrutura e equipamentos com uma caracterização social para assinalar a magnitude da iniquidade no país.

No PET argentino, ainda segundo Marcelo Corti (2008), foi feita uma avaliação

da infraestrutura de transporte recente do país, assunto que interessa a este trabalho. Nele, foram identificados nove corredores que interligam sub-regiões e pontos de tráfego do comércio internacional, apontando para o resultado desarticulado da atual malha de transporte argentina.

Também foram feitas considerações sobre a situação da infraestrutura com relação à experiência da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com seus Eixos de Integração e Desenvolvimento, no que se refere a transporte e telecomunicações e às associações aos recursos energéticos, hídricos e minerais.

A situação ambiental também foi analisada, indicando os principais problemas ambientais em nível nacional. O documento mostra esforço em elaborar um modelo de restrições e potencialidades ambientais, com possível criação de áreas de amortização (CORTI, 2008, s/p).

Graciela Nozica (2011) fez uma leitura bastante positiva do PET enquanto *modelo desejado*. Ela considera que

la actual política territorial Argentina propone una nueva configuración a través de nuevos ejes de articulación y desarrollo, que junto a los corredores radiocéntricos históricos y al surgimiento de nuevos corredores bioceánicos transversales, consolidan la conectividad interna del espacio nacional alcanzando a todos los núcleos productivos y permitiendo una eficiente comunicación de flujo de bienes, personas y servicios (NOZICA, 2011, p. 45).

Há uma preocupação com a integração regional sul-americana, em especial com os países mercosulinos, já que a conectividade atual do país com os demais vizinhos dá-se pelo corredor bioceânico Cristo Redentor, considerado pela autora como um modelo não integrador.

No *modelo desejado* do PET há proposta de integração que busca modificar a configuração atual dos sistemas de corredores bioceânicos e *passagens* de fronteiras, por meio de investimentos em corredores de conectividade para articulação interna ao território e do bloco Mercosul, de forma que “este sistema, al sustituir el esquema histórico de red convergente en un punto (Buenos Aires) por una malla articuladora Norte-Sur y Este-Oeste, sentaría las bases para una mayor difusión de las actividades económicas y de circulación de flujos” (NOZICA, 2011, p. 48).

Em avaliação de resultado mais recente, Julián Bertranou (2016) assevera que na Argentina, em especial com o PET,

la experiencia de estos últimos 15 años no se condijo de manera esperada con las promesas de una acción estatal no sólo más protagónica, sino mucho más pensada, anticipada y preparada. Si bien este trabajo no hace un relevamiento exhaustivo en el nivel general de políticas, una rápida observación sobre el pretendido mundo de la planificación muestra pocos ejemplos destacables y la ausencia de institucionalización de la función. Algunos planes generales como el PET (Plan Estratégico Territorial) han sido esfuerzos destacados, pero alejados del proceso de toma de decisiones. [...] Los nuevos vientos de protagonismo estatal tampoco se habían traducido en políticas más efectivas para lograr avances significativos en términos de movilidad de personas y cargas, y menos aún en el

Assim, o PET argentino valoriza sobremaneira a questão da infraestrutura produtiva, em especial viária, e baixa institucionalização da função de planejamento.

3 | A EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DA BOLÍVIA

Segundo o IADB/BID (2015, p. 06), a Bolívia tem experimentado um período de intensa reorientação em sua institucionalidade a partir do triunfo do partido *Movimiento al Socialismo* (MAS), com o governo de Evo Morales a partir de 2006.

Houve uma redefinição do estado boliviano que passa a ser um Estado Plurinacional Autônomo, redefinido a partir da nova Constituição aprovada em 2009. De fato, o estado boliviano assumiu, neste novo contexto, um papel mais ativo no desenvolvimento econômico. Assim, entre as medidas mais significativas está “la nacionalización de los ‘sectores estratégicos’ como mecanismo para la construcción de una economía productiva e industrializada”, processo iniciado no primeiro ano do governo Evo Morales, tendo como marco a renacionalização da cadeia de hidrocarbonetos e as nacionalizações dos setores de mineração, eletricidade, telecomunicações e da indústria (IADB/BID, 2015, p. 06).

Para Toño Laure (2016, s/p), que apresenta visão crítica desta gestão presidencial, em 2006 o governo boliviano de Evo Morales estabeleceu as diretrizes de seu governo com o *Plan Nacional de Desarrollo*, denominado como “*Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para vivir bien 2006-2011*”. Neste Plano, segundo o autor, “los conceptos de Vivir Bien y todo lo pluri-multi dominaron el documento estableciendo un supuesto nuevo modelo económico y una nueva mirada del Estado respecto a su función con relación a la economía” (LAURE, 2016). Na compreensão de Toño Laure,

una nueva etapa de capitalismo de Estado se abría y se vestía con diversos ropajes ideológicos como el denominado nuevo “paradigma del capitalismo andino” que luego mutó a socialismo comunitario y que en ninguna de ambas variantes implicó un cambio fundamental en las relaciones sociales de producción caracterizadas por la explotación del capital sobre el trabajo. ... De esta manera, el Plan delineaba un conjunto de ejes que conducirían a la gestión pública al diseño y ejecución de políticas públicas [...]; detrás de estos ejes [...] quedaba implícita la búsqueda de un cambio estructural, lo cual como se mencionó, no implicaba un cambio en el modo de producción (LAURE, 2016, s/p).

Em 2016 um novo plano foi aprovado pelo governo boliviano. Trata-se do *Plan de Desarrollo Económico y Social 2016-2020* no marco do *Desarrollo Integral para Vivir Bien*. Desenvolvido na terceira gestão de Evo Morales, iniciada em 2015, e segue a *Agenda Patriótica 2025* e o *Programa de Gobierno 2015 – 2020*. Ele dá continuidade aos planos anteriores e admite a necessidade de enorme esforço para integrar a Bolívia com os países vizinhos, desenvolver corredores de exportação, promover ligações com centros produtivos e a acessos fundamentais para completar a interconexão do

país (LAURE, 2016, s/p).

Há diversas ações visando à modernização da estrutura de transportes na Bolívia, almejando a conexão de diferentes modalidades, mas com efetiva priorização de produtos agropecuários e minerais. No entanto, o país ainda tem um longo caminho a trilhar no que se refere à modernização da infraestrutura produtiva, em especial no setor de transportes (IADB/BID, 2015, p. 22).

Em suma, a experiência boliviana em questão demonstra uma mudança de roupagem ideológica, com a efetivação de um capitalismo de Estado, com manutenção das *velhas* relações sociais de produção, sendo a modernização da infraestrutura produtiva, em especial a de transportes, um dos principais pilares do planejamento de base territorial, com efetivo esforço para integrar o país aos vizinhos e instalar corredores de exportação, cuja pauta é majoritariamente de recursos naturais e produção agropecuária.

4 | A EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DA COLÔMBIA

A Colômbia é um país caracterizado por fortes desigualdades espaciais, com forte concentração demográfica e econômica nos aglomerados urbanos e centralidades localizadas no centro do país, na zona Andina.

Na segunda gestão de Álvaro Uribe Vélez (2006-2010) foi publicado o *Plan Nacional de Desarrollo (2006-2010)* que reconhece limites importantes no ordenamento territorial do país.

Ángel Massiris Cabeza (2008) fez uma breve avaliação do ordenamento territorial na Colômbia nesta gestão. Este autor observa que o presidente Álvaro Uribe manteve a ambiguidade conceitual de ordenamento territorial já evidenciada na Constituição de 1991, na qual se mesclam uma concepção de organização territorial do Estado e a descentralização e o planejamento de uso e ocupação do território com ênfase municipal, aproximando duas vertentes: uma político-administrativa e uma vertente de planejamento físico-espacial (CABEZA, 2008, p. 16).

Também é importante assinalar que na segunda gestão Uribe se tinha a compreensão da existência de territórios com particularidades naturais, históricas e/ou culturais que poderiam se potencializar a partir de outros tipos de economia, mais *amigáveis* ao meio ambiente e respeitosas de suas particularidades étnico-culturais (CABEZA, 2008, p. 19). Desta forma, Ángel Massiris Cabeza (2008) explica que na diversidade do território colombiano

la diferenciación de las regiones estratégicas expresa la focalización de éstas en función de la naturaleza dominante en la misma: regiones para la competitividad y el desarrollo regional, regiones para reducir la pobreza y marginalidad, regiones para la conservación, preservación

o recuperación de los recursos naturales y la protección ambiental. (CABEZA, 2008, p. 19).

O autor não considera que esta diferenciação se constitua em uma fragmentação da integridade do desenvolvimento territorial, mas que há no Plan um reconhecimento das particularidades dos territórios em suas estruturas espaciais, potencialidades e problemas e que por isso necessitam de estratégias diferentes. Assim, o autor avalia que o Plan Nacional de Desarrollo 2006-2010 da Colômbia, ao incorporar o território no planejamento do desenvolvimento, tratou, de formas distintas regiões distintas, reconhecendo as suas particularidades e diferentes capacidades (CABEZA, 2008, p. 19). Ángel Massiris Cabeza (2008) conclui sua avaliação sobre o Plan Nacional de Desarrollo (2006-2010) afirmando que

es importante enfatizar que desde una perspectiva de ordenamiento territorial las estrategias de desarrollo socioeconómico, las de ordenamiento ambiental o ecológico, así como la incidencia territorial de las políticas sectoriales deben articularse en una política integral de desarrollo y ordenamiento territorial en la que el territorio es el elemento articulador de los objetivos ambientales (gestión integral del riesgo, protección ambiental, aprovechamiento sostenible de los recursos naturales, ordenación de cuencas), sociales (vivienda digna, saneamiento básico, agua potable) y de ordenación espacial (POT municipales y distritales) (CABEZAS, 2008, p. 20).

No primeiro governo do presidente Juan Manuel Santos (2010-2014), o Estado colombiano propôs o *Plan Nacional de Desarrollo Hacia La Prosperidad Democrática: Visión 2010-2014*, que entrou em vigor em 2010 e que também partiu do reconhecimento das desigualdades no território colombiano. Assim este novo Plano do primeiro governo de Juan Manuel Santos compreende que

la reducción de los desequilibrios en el desarrollo regional es posible en la medida que se promueva el desarrollo endógeno de las áreas de menor desarrollo relativo y que además éstas se articulen con los centros con mayores capacidades funcionales, formando redes y encadenamientos productivos y posibilitando la irradiación territorial amplia de los potenciales de nodos de desarrollo [...]. Con el propósito de lograr un crecimiento espacial más equilibrado, es estratégico consolidar las áreas de mayor desarrollo relativo, promover el desarrollo local de las áreas de menor desarrollo y articular dichas áreas, para aprovechar las capacidades funcionales y externalidades positivas de las primeras, de manera que irradien crecimiento y desarrollo en su área de influencia (COLÔMBIA. PLAN NACIONAL DE DESARROLLO HACIA LA PROSPERIDAD DEMOCRÁTICA 2010-2014, p. 09).

Para atingir o intento de ordenar o território e diminuir as desigualdades, o *Plan de Desarrollo 2010-2014* previa projetos de desenvolvimento territoriais supramunicipais e supradepartamentais, executados a partir do aproveitamento dos *eixos de integração física* e da constituição de eixos (ou áreas) de desenvolvimento territorial ao redor das *infraestruturas viárias e de comunicação*, para que o desenvolvimento se propague em suas zonas de influência, integrando as áreas de maior desenvolvimento com a de menor desenvolvimento e assim reduzir as desigualdades de desenvolvimento que caracterizam a Colômbia (COLÔMBIA. PLAN NACIONAL DE DESARROLLO HACIA LA PROSPERIDAD DEMOCRÁTICA 2010-2014, p. 09).

Alberto Maldonado Copello (2011) apresenta uma avaliação crítica do *Plan*

Nacional de Desarrollo 2010-2014. Ele lembra que foi proposto neste Plano um enfoque regional a partir de da divisão do país em seis regiões ou zonas homogêneas, a saber: “Central, la Caribe e Insular, la Nororiental, la Sur, la Amazorinoquia, y la Pacífica e Insular”. Ele admite que “es la primera vez que un plan nacional de desarrollo propone explícitamente un enfoque regional en su parte estratégica, lo cual demuestra el interés del Departamento Nacional de Planeación (DNP) por abordar de una manera directa la dimensión territorial del desarrollo” (COPELLO, 2011, s/p). Alberto Maldonado Copello (2011), partidário do enfoque regional no planejamento do desenvolvimento territorial, adverte que o seu uso implica que

las intervenciones del nivel nacional tengan en cuenta de modo explícito las diferencias territoriales y consideren el potencial de desarrollo endógeno de cada uno de los territorios, lo cual a su vez debe servir para articular el plan nacional con los planes territoriales, uno de los propósitos de la constitución de 1991 y de la ley 152 de 1994 - la ley orgánica de la planeación. Sería un paso gigantesco hacia la convergencia regional y la reducción de las diferencias abismales entre las regiones ricas y pobres del país (COPELLO, 2011, s/p).

Por fim, em sua avaliação, o autor acima considera que as regiões deveriam servir como referentes geográficos para os diagnósticos e formulação de estratégias de ação, sem criar uma nova instância territorial, não se tratando, portanto, de uma modificação no ordenamento territorial colombiano. Também é observado que este recorte territorial não é reconhecido no cotidiano das ações dos entes governamentais e em muitos temas relevantes ao Plano (PND) não se utilizam a regionalização proposta (COPELLO, 2011, s/p).

A experiência colombiana de planejamento territorial do século XXI, a despeito de reconhecer a existência e importância de territórios e regiões para proteção ambiental, valoriza ações estratégicas para a competitividade, sendo que o governo central busca assumir responsabilidades na atenuação das grandes desigualdades regionais, estimulando principalmente a implantação de estruturas viárias.

5 | A EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO PERU

Sob uma perspectiva histórica, Ana Leyva (2016, s/p) lembra que o Peru desde os anos 1960 vem organizando o território com fins setoriais, como demonstra o caso da Amazônia peruana, a qual se incentiva um uso agrário e de segurança nacional, em um espaço visto como vazio. Nos anos 1990 houve a decisão de “promover de manera agresiva la inversión extranjera principalmente en actividades extractivas”, com baixa regulação estatal no território e criando

una normatividad, que entre otras cosas facilita el acceso a las concesiones para quienes desean solicitarlas, otorgando derechos de uso que son casi irrevocables. La liberalización del territorio trajo como consecuencia el *boom* de las concesiones. Esto da lugar a que en muchos casos exista más de un derecho de uso otorgado por distintos organismos estatales, en un mismo espacio. Algunos de estos usos, implícitamente asignados a través del otorgamiento de derechos, pueden ser compatibles pero otros no (LEYVA, 2016, s/p).

O quadro resultante desta flexibilização neoliberal do ordenamento do território no Peru foi de conflitos sociais. Os grupos afetados por projetos de investimentos passaram a demandar um planejamento integral de uso e ocupação do território (LEYVA, 2016, s/p). Tal situação resultou, em 2004, no zoneamento econômico ecológico (ZEE) feito pelo Consejo Nacional del Ambiente (CONAM), um primeiro passo importante para o ordenamento territorial, com geração de informações úteis para auxiliar os entes governamentais a tomarem decisões na gestão do território. No entanto, seu uso gerou descontentamento, pois exigia outros instrumentos de diagnósticos, resultando em procedimentos complexos e demorados que ultrapassavam o período de governos das instâncias subnacionais de poder, criando dificuldades.

O ordenamento territorial, então, competência de governos subnacionais, não atendeu a demanda por um planejamento territorial em nível nacional. Segundo a interpretação de Ana Leyva (2016), frente à falta de vontade política do governo central para impulsionar de forma decidida os processos de ordenamento territorial no Peru, a sociedade civil promoveu entre os anos de 2012 e 2013 a *Política de Ordenamiento y Gestión Territorial*, com critérios e normas mais claras, tendo como desdobramento, no final de 2013, o

Acuerdo Nacional [que] aprobó la política de Estado sobre ordenamiento territorial. Ésta consiste en grandes directrices pero no precisa actividades, metas, plazos, responsables, presupuesto. Esto lleva a que sea difícil operativizarla, pues requiere de un desarrollo posterior. Hasta el momento, poco se ha hecho desde el Poder Ejecutivo para poner en marcha esta política de Estado (LEYVA, 2016, s/p).

Paola Naccaratto (2009) comenta o *Plan de Desarrollo Territorial 2004-2010* e nele foram considerados corredores de integração econômica, eixos econômicos longitudinais e circuitos turísticos-econômicos como centrais para melhorar as potencialidades econômicas do país. Foi publicada também a *Ley Orgánica* do Ministério del Transportes y Comunicaciones - MTC. Segundo esta autora, este documento do MTC objetivou um ordenamento territorial (OT) racional por meio da conectividade da infraestrutura de transporte e comunicações (NACCARATTO, 2009, p. 60).

Refletindo sobre o desenvolvimento territorial peruano a partir de outro documento, o *Plan Estratégico de Desarrollo Nacional al 2021*, Luiza Galarza (2011, p. 33) expõe que no Peru há grandes diferenças territoriais existentes a partir dos grandes espaços longitudinais (denominados de mar, costa, serra e selva) que ser devem articulados com espaços transversais, que traduzem ações estatais que se dão por meio de políticas regionais e supranacionais. Esta articulação permite que se tenha uma efetiva visão de território de longo prazo.

Luiza Galarza (2011) aponta que as condições físico-ambientais originaram as diferenças longitudinais do país, de forma que esses eixos longitudinais vêm sendo importante referência para as práticas de intervenção no território colombiano, conforme explica abaixo:

los procesos y dinámicas de carácter socioeconómico interno, la construcción de

carreteras, la relación del interior del país con mercados costeros y la tendencia progresiva de la relación *transversal* entre las grandes regiones naturales (costa, sierra y selva), han sido factores en la articulación de territorios económicos. Ese ha sido el papel, por ejemplo, de los grandes ejes viales transversales construidos a mediados del siglo XX. [...] Últimamente el desarrollo de los ejes IIRSA puede significar en el Perú un nuevo impulso de *transversalidad* que tiende a articular grandes territorios con los países vecinos. [...] Estos corredores, como ya se dijo, funcionarán como corredores económicos. [...] Los corredores transversales se complementarán con los corredores longitudinales, tanto del corredor andino-IIRSA que une Perú, Ecuador, Colombia, Venezuela, Bolivia y Chile; así como con los ejes longitudinales, programados por el Ministerio de Transportes y Comunicaciones (MTC), de sierra y selva, que corresponden a la carretera Panamericana que articula a todo el eje costero y se une con países del área andina y la carretera marginal de la selva, que forma parte de la carretera que bordea la cordillera de los andes a nivel de los llanos en Venezuela y de la selva amazónica en Colombia, Ecuador y Perú (GALARZA, 2011, p. 41; 141-142) (sem grifo no original).

Outro instrumento de ordenamento territorial no Peru é o *Plan Nacional de Desarrollo Portuario* pelo qual se pretende modernizar os serviços de infraestrutura portuária para adequá-la às necessidades crescentes do comércio nacional e internacional.

O sistema portuário peruano é muito importante para a economia do país. O Peru possui uma localização geográfica central na América do Sul, banhado pelo oceano Pacífico, de forma que “le da una ventaja importante para el desarrollo de sus puertos y facilita el acceso a mercados como el Asia Pacífico y, sobre todo, con los países del APEC y sus 21 economías; los EE.UU., la Comunidad Andina de Naciones, entre otros”, sendo São oito terminais marítimos, quatro terminais fluviais, com alguns portos privados para carga de combustíveis e de minérios (GALARZA, 2011, p. 151-152).

Desta forma, o Peru apresenta várias tentativas de ordenar um território muito diverso, e certamente é um dos países sul-americanos que mais incorporou os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) da IIRSA/Cosiplan em suas políticas de ordenamento territorial.

Em suma, a breve caracterização acima de políticas territoriais de alguns países sul-americanos visou demonstrar a diversidade de situações existentes no subcontinente. Os casos apresentados são reveladores de diversos entraves no planejamento territorial de países sul-americanos. Ángel Massiris Cabezas (2008) corrobora esta ideia e enumera alguns dos principais problemas, quando afirma que:

actualmente la participación social en la gestión territorial en los países latinoamericanos es débil [...]. Prevalece en la gestión territorial la visión de las instituciones públicas responsables, así como los intereses de los grupos empresariales y corporativos poderosos que imponen, en última instancia, su voluntad y aspiraciones y condicionan la acción del estado sobre el territorio. En este sentido, es común en los países latinoamericanos, que los actores poderosos (grupos económicos, políticos, del sector público, etc.) presionen sobre los agentes planificadores para inducir proyectos de inversión del sector público y cambios en los usos del suelo en una dirección favorable a sus intereses individuales. También es común que los agentes del estado sean proclives a actuar en función dichas presiones dándose en la práctica un contubernio perverso que hace parte de la corrupción existente en nuestros países (Cabezas, 2008, p. 30).

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o ponto de vista do território e sua gestão, as práticas de planejamento dos países da América do Sul sempre tiveram um forte vínculo com a formação do capital e com o desenvolvimento da acumulação, compreendendo ações relativas às atividades econômicas, como a industrialização, a composição de sistemas de infraestrutura (energia, transporte e telecomunicações), o incremento de áreas agrícolas e o uso dos recursos naturais e energéticos. Essa acumulação estimulada foi geradora de modernização, mas também de desigualdades sócio territoriais.

Chama a atenção como as experiências de planejamento ou ordenamento territorial acima apresentadas têm como referência a valorização da extroversão das economias nacionais, baseadas nas exportações de recursos naturais e de *commodities*.

Uma questão de fundo a ser considerada nesta reflexão final foi apontada por Damián Lobos & Klaus Frei (2015) que observam que na América do Sul desde o final dos anos 1990 há uma nova matriz de circulação de capital internacional com uma revalorização financeira dos produtos primários, matérias-primas e *commodities*, com fluxos em direção a novos mercados internacionais (LOBOS & FREI, 2015, p. 250).

Desta forma, os países da região voltaram a adotar um modelo extrativo-exportador de recursos naturais não renováveis, com crescente presença de monocultivos que provocam contaminações diversas, a perda de biodiversidade (LOBOS & FREI, 2015, p.250) e deslocamentos de populações tradicionais e pequenos produtores rurais.

Na Cúpula Sul-Americana de Presidentes ocorrida em 2000, uma agenda conjunta de integração de infraestrutura produtiva dos países sul-americanos assumiu um lugar de relevo, exercendo o papel de planejamento territorial do subcontinente. A partir deste marco inicial, os chamados megaprojetos de conectividade física da América do Sul emergiram como proposta de solução de gargalos, abandono e desconexões como parte importante da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), com questionáveis resultados sócio ambientais (LOBOS & FREI, 2015, p.251-252).

Assim, tal agenda de integração regional buscou criar um consenso: que a solução para o desenvolvimento dos países da região se daria por meio da maximização do uso do território para proveito dos mercados globais, o que requereria intervenções que facilitassem os fluxos produtivos e extrativos existentes, com a implantação da infraestrutura produtiva de conectividade, de efetivo impacto territorial.

Por outro lado, no âmbito interno aos países também foi criada uma nova agenda de políticas territoriais nacionais e subnacionais, muitas vezes sem as devidas interconexões, ganhando força o discurso que a redução dos desequilíbrios internos seria possibilitada por meio da difusão de estratégias políticas de descentralização político-administrativas, de fomento à competitividade territorial, de promoção de aglomerações produtivas, de investimentos em infraestrutura, de integração

transfronteiriças, de políticas de ordenamento territorial, entre outras (ALBUQUERQUE, 2013, p. 03).

No entanto, Francisco Albuquerque (2013) frisa que esses tipos de políticas “difícilmente pueden considerarse como agendas de desarrollo territorial, ya que sólo constituyen parte del conjunto de políticas que desde el nivel nacional tratan de constituir un entorno favorable al despliegue de aquellas”, sendo, de fato, “más un conjunto agregado de políticas sectoriales que una ‘agenda de desarrollo territorial’” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 03).

Os casos de planejamento ou ordenamento territorial apresentados neste artigo denotam tensões e conflitos de interesses, cuja superação coloca-se como desafio para os governos sul-americanos e a despeito de sua complexidade, é necessário que se aposte em modelos de desenvolvimento territorial mais participativos.

Assim, para encerrar, compartilhamos a advertência de Ángel Cabezas (2008) sobre a interferência de interesses privados no planejamento e gestão do território que deveriam ser democráticos e republicanos. Ele diz que

actualmente la participación social en la gestión territorial en los países latinoamericanos es débil [...]. Prevalece en la gestión territorial la visión de las instituciones públicas responsables, así como los intereses de los grupos empresariales y corporativos poderosos que imponen, en última instancia, su voluntad y aspiraciones y condicionan la acción del estado sobre el territorio. En este sentido, es común en los países latinoamericanos, que los actores poderosos (grupos económicos, políticos, del sector público, etc.) presionen sobre los agentes planificadores para inducir proyectos de inversión del sector público y cambios en los usos del suelo en una dirección favorable a sus intereses individuales. También es común que los agentes del estado sean proclives a actuar en función dichas presiones dándose en la práctica un contubernio perverso que hace parte de la corrupción existente en nuestros países (CABEZA, 2008, p. 30).

Constitui-se, assim, de fundamental importância a articulação de diferentes graus e escalas de planejamento e ordenamento territorial, garantindo a preservação do ambiente e a participação da sociedade civil, salientando-se que a capacitação da burocracia e das agências subnacionais de ordenamento do território é sempre bem-vinda, o que nem sempre é realidade em *Nuestra América*, discussão a ser travada em outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco. **Política Regional y Desarrollo Territorial en América Latina y el Caribe**. *Revisión*, 19 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.conectadel.org/wp-content/uploads/downloads/2013/12/Politica-Regional-y-DT-revisado-19set2013.pdf>.

BERTRANOU, Julián. **Planificación en sectores estratégicos en la Argentina: el caso del transporte en perspectiva comparada**. III Jornadas de Investigación en Política y Gobierno Estado y Políticas Públicas en Argentina: Nuevos desafíos a la luz de la investigación Escuela de Política y Gobierno Universidad Nacional de San Martín Campus Miguelete, San Martín 12-13 de Abril de 2016. Disponível em: http://www.unsam.edu.ar/jornadas-politica/wp-content/uploads/2016/06/Bertranou_Planificacion-en-sectores-estrategicos-en-la-Argentina.pdf

CABEZA, Ángel Massiris. **Gestión del Ordenamiento Territorial en América Latina: Desarrollo recientes**. *Proyección* 4. Año 4 - Vol 1- Número 4, 2008. Disponible em: http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/3238/massirisproyeccion4.pdf

COLOMBIA. **PLAN NACIONAL DE DESARROLLO HACIA LA PROSPERIDAD DEMOCRATICA: VISIÓN 2010 – 2014**. Disponible em: https://www.mintransporte.gov.co/Publicaciones/planeacion_gestion_y_control/planes_metas_e_indicadores/plan_nacional_de_desarrollo

COPELLO, Alberto Maldonado. **Território y Plan Nacional de Desarrollo: buen enfoque, falta coerência**. 14/03/2011. Disponible em: <http://www.razonpublica.com/index.php/politica-y-gobierno-temas-27/1882-territorio-y-plan-nacional-de-desarrollo-buen-enfoque-falta-coherencia1.html>

CORTI, Marcelo. **El Plan Estratégico Territorial y la construcción de la Argentina deseada: La búsqueda de consensos para el despliegue territorial de la inversión pública**, ano 7, número 66, abril de 2008. Disponible em: http://www.cafedelasciudades.com.ar/planes_66_2.htm

ENNIS, Belen. **El Plan de Infraestructura del macrismo: “cambiemus... futuro por pasado”**. 10-11-2015. Disponible em: <http://www.oetec.org/nota.php?id=1414&area=11>

GALARZA, Luisa. **Visión de Futuro del Desarrollo Territorial**. Centro Nacional de Planeamiento Estratégico. Documentos de trabajo n. 14., 2011. Disponible em: http://www.renavisan.ins.gob.pe/sites/default/files/226._vision_del_futuro_del_desarrollo_territorial.pdf

IADB/BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMIENTO. **Evaluación Programa País-Bolivia. 2011-2015**. Disponible em: <https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/7230/Evaluacion-programa-pais-Bolivia-2011-2015.pdf>

LAURE, Toño. **Una crítica al Plan de Desarrollo del MAS**. 26 de mayo de 2016. Disponible em: <http://www.laizquierdadiario.com/Una-critica-a-la-agenda-patriotica-del-bicentenario-2025>

LEYVA, Ana. **Políticas sobre ordenamiento y gestión del territorio a nivel nacional y local: el caso peruano**. 24 de junio de 2016. Disponible em: <http://www.ritimo.org/Politicassobreordenamiento-y-gestion-del-territorio-a-nivel-nacional-y-local>

LOBOS, Damián & FREI, Klaus. **Aproximaciones al rol de los planificadores regionales de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA)**. *EURE Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos y Regionales*. Vol. 41, núm. 124, 2015. Disponible em: <http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/652/832>.

LOPES, Hugo Manuel Soares. **Considerações sobre o ordenamento do território**. *Revista Millenium*, nº 7, julho de 1997. Disponible em: http://www.ipv.pt/millenum/Millenum_7.htm

NACCARATO, Paola. **Influencia de los megaproyectos en el ordenamiento Territorial en el Perú**. In: ASECIO, Fausto & BRUER, Verena (eds.). Seminario-Taller Internacional “Ordenamiento Territorial de la región Andino-Amazônica”, 15 al 17 de septiembre de 2009. Disponible em: [http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/F9F172C49A1EA00305257B8200728525/\\$FILE/CDAM0000318.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/F9F172C49A1EA00305257B8200728525/$FILE/CDAM0000318.pdf)

NOZICA, Graciela. **Planificar para la integración territorial: Los escenarios deseables de inserción de la provincia de San Juan al MERCOSUR**. *Revista Iberoamericana de Urbanismo*, nº6 Dossier, 2011. Disponible em: https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/12522/06Dossier_04_Noziata.pdf.

TRIGAL, Lorenzo López & DEL POZO, Paz Benito. **Geografía Política**. Madrid: Cátedra, 1999.

VITTE, Claudete de Castro Silva. **A integração regional da infraestrutura produtiva sul-americana e a trajetória das políticas territoriais do Brasil e da Argentina no século XXI**. Anais do I

Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. Disponível em: <http://www.editoraletra1.com/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p1117-1130.pdf>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-83-3

